

Valor

ECONÔMICO

Postura 'conciliadora' do MME agrada setor

De São Paulo

Apesar dos desafios na implementação do acordo para o déficit de geração hídrica, empresários e associações do setor têm elogiado a postura do Ministério de Minas e Energia (MME) na condução do momento turbulento do setor elétrico. A avaliação é que o ministro Eduardo Braga, que assumiu no começo do ano, tem uma postura conciliadora e que o governo acertou ao indicar Luiz Eduardo Barata para a secretaria-executiva.

"Foi uma evolução espetacular em relação ao modelo anterior. A postura em relação ao problema do déficit, que até então era tratado como um problema dos geradores, mudou. Houve uma baita evolução", afirma Claudio Sales, do Instituto Acende Brasil.

Barata, que presidia a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), ganhou a confiança do mercado quando protagonizou a costura do empréstimo bilionário para cobrir as dívidas das distribuidoras no mercado de curto prazo no ano passado. "Melhorou muito o diálogo no setor elétrico. O Barata faz muita diferença hoje e aumentou a predisposição ao diálogo", afirma Mário Menel, presidente do Fórum das Associações do Setor Elétrico (Fase).

Além do déficit hídrico, o ministério tem que lidar com uma enxurrada de questões que estão sendo levadas à Justiça, como a responsabilidade pelos atrasos das grandes hidrelétricas e o pleito de consumidores para não arcar com os encargos impostos pela Conta de Desenvolvimento Energético.

Diante do cenário conturbado, agentes defendiam a necessidade de um "acordo geral", aos moldes do que foi feito no período pós-acionamento, quando contratos foram suspensos para que agentes chegassem a um consenso que interrompesse a guerra judicial. Agora, diz Menel, a percepção é que é possível "corrigir a rota com o carro andando". "As questões mais pontuais estão andando e sendo resolvidas", aponta.

Paulo Pedrosa, presidente da Associação Brasileira dos Grandes Consumidores de Energia (Abrace), que contesta a conta CDE na Justiça, também aponta avanço no diálogo com o governo. "Podemos caminhar para acordo. O ministro Braga tem se comprometido com o diálogo", aponta. Para Sales, do Acende Brasil, no entanto, apesar da força do ministério, a fragilidade do governo federal coloca em xeque a credibilidade de parte dos acordos. "A conjuntura piorou, a despeito dos esforços do ministério", pondera. (NW)

Apesar dos desafios na implementação do acordo para o déficit de geração hídrica, empresários e associações do setor têm elogiado a postura do Ministério de Minas e Energia (MME) na condução do momento turbulento do setor elétrico. A avaliação é que o ministro Eduardo Braga, que assumiu no começo do ano, tem uma postura conciliadora e que o governo acertou ao indicar Luiz Eduardo Barata para a secretaria- executiva.

"Foi uma evolução espetacular em relação ao modelo anterior. A postura em relação ao problema do déficit, que até então era tratado como um problema dos geradores, mudou. Houve uma baita evolução", afirma **Claudio Sales, do Instituto Acende Brasil**.

Barata, que presidia a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), ganhou a confiança do mercado quando protagonizou a costura do empréstimo bilionário para cobrir as dívidas das distribuidoras no mercado de curto prazo no ano passado. "Melhorou muito o diálogo no setor elétrico. O Barata faz muita diferença hoje e aumentou a predisposição ao diálogo", afirma Mário Menel, presidente do Fórum das Associações do Setor Elétrico (Fase).

Além do déficit hídrico, o ministério tem que lidar com uma enxurrada de questões que estão sendo levadas à Justiça, como a responsabilidade pelos atrasos das grandes hidrelétricas e o pleito de consumidores para não arcar com os encargos impostos pela Conta de Desenvolvimento Energético.

Diante do cenário conturbado, agentes defendiam a necessidade de um "acordo geral", aos moldes do que foi feito no período pós-acionamento, quando contratos foram suspensos para que agentes chegassem a um consenso que interrompesse a guerra judicial. Agora, diz Menel, a percepção é que é possível "corrigir a rota com o carro andando". "As questões mais pontuais estão andando e sendo resolvidas", aponta.

Paulo Pedrosa, presidente da Associação Brasileira dos Grandes Consumidores de Energia (Abrace), que contesta a conta CDE na Justiça, também aponta avanço no diálogo com o governo. "Podemos caminhar para acordo. O ministro Braga tem se comprometido com o diálogo", aponta. Para **Sales, do Acende Brasil**, no entanto, apesar da força do ministério, a fragilidade do governo federal coloca em xeque a credibilidade de parte dos acordos. "A conjuntura piorou, a despeito dos esforços do ministério", pondera.